

8 • O PAÍS

O GLOBO

Denúncia de conspiração leva a Funai a restringir ação de missões

BRASÍLIA — A Fundação Nacional do Índio (Funai) reforçou sua decisão, — tomada há um mês — de controlar a entrada e permanência de missionários religiosos em áreas indígenas. Para isto, o Presidente do órgão, Romero Jucá Filho, determinou ontem que sejam apressados os estudos destinados à fixação das normas de controle.

Ao dar a informação, Jucá disse que sua decisão foi motivada por reportagem do jornal "O Estado de São Paulo", que denuncia o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) como integrante de um movimento internacional que partiria da defesa da soberania restrita sobre as terras indígenas e da não exploração das riquezas minerais da Amazônia, para tentar prejudicar os interesses brasileiros.

Segundo Romero Jucá, há mais de 60 grupos de missionários de diferentes religiões áreas indígenas. "Há missões religiosas em praticamente todas as reservas indígenas do País sem qualquer norma que regule o seu trabalho", acrescentou. Ele informou ainda que a Funai tem recebido denúncias de irregularidades praticadas por algumas dessas missões, até mesmo sobre a utilização de mão de obra escrava, contrabando de artesanato indígena e de pedras preciosas encontradas no subsolo das reservas, além de plantação de cocaína.

O Presidente da Funai disse que, depois de concluídos os estudos do grupo de trabalho, a Funai passará a fiscalizar melhor a ação religiosa nas aldeias, exigindo o cumprimento das normas que passarão a reger a atuação missionária.

Classificando de muito graves as denúncias do "Estado de São Paulo", Romero Jucá se confessou "abisado com toda a história" e observou que espera a publicação de outras denúncias pelo jornal "para ver a providência que será adotada em nível de Governo".

Na sua opinião, os fatos denunciados devem ser rigorosamente investigados, sobretudo no que se refere a interesses de empresas estrangeiras em não permitir a exploração das riquezas minerais do País, de modo a que o Brasil não passe a competir no mercado internacional.

— Há fatos importantes nesta história. Sabemos, por exemplo, que 40 por cento das reservas minerais da Região Norte estão localizadas em áreas indígenas, incluindo sobretudo diamantes, cassiterita e ouro. Isto re-

presenta um potencial mineral não explorado estimado atualmente em cerca de US\$ 50 bilhões, ou seja, quase a metade da dívida externa brasileira — informou.

Eler disse que a mineração em área indígena deverá começar a partir de agora, com base na regulamentação conjunta feita pela Funai e pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

● O Diretor-Geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, determinou à Divisão de Análise da Central Policial do órgão que acompanhe a série de reportagens do jornal "O Estado de São Paulo". Ele orientou também os Superintendentes do DPF no Pará, Roraima, Acre e Amazonas para observarem a movimentação nas áreas indígenas.